



POR UMA ECONOMIA JUSTA E INCLUSIVA AO SERVIÇO DA VIDA

Posição do Grupo Economia e Sociedade nos 40 anos do 25 de Abril de 1974

O ponto de partida desta reflexão é a denúncia feita pelo Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (53) de uma “*economia de exclusão e de desigualdade social*”, uma economia onde os valores da vida e da dignidade humana são ignorados ou mesmo aviltados, uma economia que, como refere o Papa, é uma economia que “*mata*”.

1. Os fundamentos.

Não podemos, no entanto, permanecer, apenas, numa postura de denúncia. A denúncia é só o primeiro passo para que o mundo esperançoso anunciado possa acontecer. A Ressurreição é o anúncio pleno de que o Mundo Novo é possível e deve acontecer na vivência da alegria do Evangelho. Já Bento XVI na Encíclica *Caritas in Veritate* (21) anunciava que “*A complexidade e gravidade da situação económica actual preocupa-nos, com toda a justiça, mas devemos assumir com realismo, confiança e esperança as novas responsabilidades a que nos chama o cenário de um mundo que tem necessidade dum renovação cultural profunda e da redescoberta de valores fundamentais para construir sobre eles um futuro melhor*”.

A construção permanente de um “mundo melhor” é no que com realismo, confiança e esperança somos chamados a empenhar-nos. É, também, este empenho que nos leva a, neste momento grave da vida do país, vir explicitar a nossa denúncia e o nosso compromisso. Como em anteriores tomadas de posição, *movem-nos preocupações éticas e de responsabilidade cívica pela construção de uma sociedade mais justa, mais inclusiva, mais solidária e onde o ser humano seja o primeiro sujeito de um desenvolvimento sustentável*.

A árvore reconhece-se pelos seus frutos e vemos que ela se encontra carregada de frutos de empobrecimento que se reflectem numa vida pior para as pessoas, na destruição ou alienação dos recursos materiais e no esvaziamento de capacidades que o país já deteve para dar resposta às suas necessidades essenciais e afirmar condições de competitividade numa situação de economia aberta. A crise está instalada e as suas causas mais próximas são de carácter financeiro.

2. A matriz financeira da crise e o seu impacto em Portugal.

O ano de 2008 marca o início da crise financeira internacional, com um conteúdo conhecido, o da financeirização da economia e dos riscos tomados pelos intermediários financeiros.

Inesperadamente, tudo pareceu ir desabar como um castelo de cartas. Exigiu-se, então, regulação e assunção de responsabilidades. O empenhamento pareceu grande mas, rapidamente, tudo se desvaneceu. Aqueles que se vestiam de ladrões passaram a vestir a capa de carcereiros. E como carcereiros, encontraram um instrumento adequado para a expiação das culpas: a especulação sobre a dívida pública dos países que revelavam menor capacidade de resistência à especulação financeira e que ficaram conhecidos como os países do ajustamento.

Um desses países foi Portugal. Até 2008 a dívida pública portuguesa não cresceu mais do que a de outros países que eram ditos possuírem uma situação robusta. Mesmo após 2008 a mudança verificou-se não na tendência de crescimento da dívida, mas na do serviço da dívida, concretamente no aumento dos juros. Não poderemos esquecer o que esse crescimento deve ao comportamento das agências de *rating*.

Apesar destas evidências, o resto da história é bem conhecido. Invocou-se que o Estado e os portugueses estavam a gastar acima das suas possibilidades e que haveria que reduzir a dívida. Com esse pretexto todos os argumentos foram usados com vista a reduzir o bem-estar dos portugueses (necessidade da austeridade). A redução foi anunciada, inicialmente, como passageira e ténue para, de forma cada vez mais ampla, se tornar crescentemente definitiva.

As instituições internacionais (Troika) que se dispuseram a intermediar o processo de reconstituição do capital financeiro tiveram o seu trabalho facilitado, uma vez que encontraram, a nível interno, preciosos aliados. Imputava-se à Troika a necessidade de adoptar medidas de política que os próprios responsáveis da governação ambicionavam fossem tomadas, mas que ainda não tinham ousado concretizar.

A política económica, em lugar de estar orientada para a promoção de uma economia ao serviço da vida, tornou-se subordinada dos interesses da dívida. Argumenta-se que, primeiro que tudo, há que cumprir os compromissos perante os credores do capital financeiro, quaisquer que sejam os seus custos. Mas fica então a pergunta de saber por que é que os interesses destes credores se devem sobrepor aos interesses de outros credores perante os quais o Estado assumiu, também, compromissos: reformados, pensionistas, funcionários públicos, beneficiários de transferências sociais, Serviço Nacional de Saúde, Educação, Justiça, etc.

No direito privado sabe-se que quando uma empresa se confronta com uma situação de falência, os trabalhadores são considerados como credores privilegiados; pergunta-se: e porque é que quando está em discussão a dívida pública, não é o mesmo que deve acontecer?

3. As desigualdades no gozo dos bens e no exercício do poder.

Recordemos o que na Encíclica *Populorum Progressio* (9) se diz a propósito de situações equivalentes: *“Acrece o escândalo de desigualdades clamorosas, não só no gozo dos bens, como ainda no exercício do poder”*.

Já vimos que a estratégia de gestão da dívida tem como objectivo primeiro a reconstituição das perdas sofridas pelo capital financeiro internacional. Diz-se que é internacional, mas o facto de o ser não exclui as suas componentes nacionais. Com efeito, os sacrifícios que os governantes optaram por impor, incidiram sobre os que vivem dos rendimentos do seu trabalho, passado (reformados e pensionistas) ou presente; directamente, através de cortes nas reformas, nas pensões ou nas remunerações e indirectamente, através de reduções nos benefícios sociais, quer se trate de transferências sociais ou de benefícios das prestações decorrentes da existência do Estado Social. Não deixa de ser significativo o facto de a parte do PIB afecto aos rendimentos do trabalho ter vindo a diminuir ao longo do tempo. Por isso, *acresce o escândalo de desigualdades clamorosas*.

As medidas de política que têm vindo a ser adoptadas traduzem-se numa aceleração dos níveis de risco de pobreza, a que já não esperávamos poder vir a voltar, com a degradação da prática e da vivência da cidadania e com o desrespeito clamoroso da dignidade de um número cada vez maior de portugueses. São consequências que estão a provocar a degradação profunda do exercício da democracia em Portugal, através do aumento das *desigualdades clamorosas . . . no exercício do poder*.

4. Que fazer?

Não pode ser colocado em dúvida que é chegado o momento de, como se afirmava na Encíclica *Caritas in Veritate*, reconhecer a “*necessidade duma renovação cultural profunda e da redescoberta de valores fundamentais para construir sobre eles um futuro melhor*” e de nos empenharmos na sua realização. De outro modo, seremos co-responsáveis do crescimento de germes de violência e, por isso, vale a pena recordar as palavras sábias de Paulo VI, no seu discurso na ONU: “**O desenvolvimento é o novo nome da Paz**”.

5. Promover o desenvolvimento e, por via dele, o bem-estar.

Um futuro melhor não pode ter outro caminho senão o do desenvolvimento, mas nem todos os processos designados como sendo de desenvolvimento o são verdadeiramente. Importa, por isso, enunciar os critérios que permitem determinar o que é o real desenvolvimento. O desenvolvimento não pode ter outro fim que não seja o de gerar mais bem-estar para as populações e quando dizemos populações queremos dizer todas as pessoas, cada uma nas suas circunstâncias e não, apenas, algumas pessoas. Assim, trata-se de uma impossibilidade material o poder acontecer que o país esteja melhor, embora a situação dos portugueses esteja pior!

O bem-estar de todos não pode ser obtido pelo mero somatório dos bem-estares individuais que podem tornar-se mutuamente incompatíveis. Impõe-se, por isso, a intervenção do Estado criando regras e provendo a disponibilidade de bens e serviços que permitam ultrapassar aquelas incompatibilidades. Estão, assim, equivocados tanto os que querem reduzir o Estado a um Estado minimalista, como os que atribuem ao Estado a capacidade de toda a iniciativa.

O bem-estar enquanto finalidade só tem por objecto a pessoa humana e a sua dignificação, em todas as circunstâncias da vida. Não são, por isso, aceitáveis as políticas que directa, ou indirectamente, agridem a dignidade da pessoa humana na sua condição de jovens, de idosos, de trabalhadores, de funcionários, de injustiçados, de migrantes, etc., quando se sabe que muitos deles têm, ainda, que socorrer os que lhe são próximos com os poucos rendimentos que já possuem.

Não se diga que não existiam e não existem outras alternativas, porque elas só não surgem quando não se querem afrontar os interesses dos mais poderosos e dos beneficiários dos rendimentos do capital ou da propriedade, quer sejam indivíduos, instituições ou países.

6. A situação laboral.

Um dos factores mais relevantes para a dignificação da pessoa humana é o trabalho. A legislação que tem vindo a ser aprovada e aplicada retirou direitos aos trabalhadores e sobretudo tornou mais frágeis as relações de trabalho; destrói-se o seu valor, através do desemprego, da sua precariedade e das suas condições de remuneração. Há que rever a situação, sem esquecer a necessária conciliação entre vida pessoal, familiar e vida profissional, não se devendo adoptar como norma a instituição de horários de 40 horas semanais ou superiores.

As situações de desemprego, tanto pela sua dimensão como pelas suas características, conduzem a condições de aviltamento pessoal dos que lhe estão sujeitos. É o caso dos jovens que depois de realizarem a sua formação não encontram emprego, têm de emigrar e não reúnem condições para formar família; a baixa da taxa de natalidade encontra aí uma das suas raízes principais. É, ainda, o caso dos que têm idade superior aos 40 anos, que são relegados, definitivamente, para uma situação de não empregabilidade sem que, simultaneamente, lhes seja dada a possibilidade de

reforma, que lhes permitiria viver uma vida mais digna e não dependente. Depois de ter sido anunciado que a taxa de desemprego tinha baixado para cerca de 16% em fins de 2013, em Abril, o Eurostat vem anunciar uma nova subida para os 17,8%. O desemprego jovem atinge um nível ainda não alcançado anteriormente, de 42,5%.

Especialmente preocupante é a situação dos que, com elevadas qualificações (investigadores, por ex.), se vêem obrigados a emigrar ou dos que depois de tanto procurarem trabalho e não o encontrando desistem de continuar aquela busca.

Para além disso, não é de somenos sublinhar que a simples circunstância do número dos emigrantes e dos desencorajados continuar a subir, diminuindo o numerador da taxa e diminuindo de igual valor o denominador, faz com que, sem mais, a taxa de desemprego diminua.

Motivo de preocupação deve constituir, ainda, a situação de precariedade da relação laboral, a diminuição do peso das situações de contratação colectiva e o alargamento crescente do leque salarial.

A degradação, progressiva, das relações laborais, constitui não somente uma ameaça para a população em idade activa mas põe claramente em causa o modelo de economia e de sociedade em que vivemos. A necessidade de todos possuírem um trabalho digno não pode dispensar um empenhamento activo de todos.

7. A degradação do Estado Social.

Para a dignificação da pessoa humana, tão importante como a situação laboral é a do Estado Social, nas suas componentes de transferências sociais e provisão de bens e serviços (saúde, educação, justiça, bens culturais, segurança, etc.). Perante a incapacidade do sistema de mercado em proporcionar, só por si, uma distribuição equilibrada dos rendimentos e da riqueza (recorde-se que mais de 10% dos pobres são trabalhadores cujos rendimentos não lhes permitem ultrapassar o limiar de pobreza), o funcionamento do Estado Social constitui um instrumento de correcção, ainda que parcial, dos desequilíbrios gerados. O ataque a que o Estado Social tem vindo a estar sujeito não pode deixar de ser entendido como um retrocesso civilizacional. Os financiamentos que lhe são atribuídos, longe de poderem ser considerados como simples gastos públicos deveriam, antes, ser tomados como investimento social de elevada reprodutibilidade produtiva e colectiva. Atacar o Estado Social é minar o funcionamento da substância do Estado Democrático, é destruir a democracia, é reduzi-la à sua estrutura formal, sem alma, sem justiça e sem solidariedade.

Porque possuindo maior sensibilidade social, merecem um particular realce as situações dos sectores da saúde, da educação e da justiça. Com a degradação das condições de vida, a pobreza, o desemprego e a precariedade, a par das restrições nos gastos públicos, tudo se conjuga para que os indicadores do estado de saúde, da educação e da justiça possam vir a mostrar um retrocesso.

8. A Saúde.

Na saúde constitui um sinal preocupante o recente aumento das taxas de mortalidade infantil. O indicador de “esperança de vida saudável”, que já no passado era menor do que a média europeia (que muito depende de condições socioeconómicas, e não apenas do acesso a bons cuidados de saúde) poderá também vir a piorar nos próximos anos.

Como se sabe, as restrições orçamentais, que constavam do memorando inicial assinado com a Troika, foram agravadas em revisões posteriores desse documento. A pressão sobre as condições

de trabalho dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como a saída de seus profissionais qualificados para o sector privado e para o estrangeiro, são resultado desses cortes, prejudicando o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde prestados.

Os cortes na área do medicamento levaram à introdução acelerada de genéricos, medida esta desde há muito recomendada. No entanto, a par da diminuição do preço de alguns fármacos verificou-se a redução da comparticipação pública para outros, aumentaram as taxas moderadoras, encerraram unidades de saúde, tudo provocando o agravamento das condições de acesso à saúde, para uma população que, já sendo empobrecida, ainda tem que suportar com gastos de saúde uma percentagem dos seus rendimentos acima da média europeia.

Conjugando estes factos com a ausência de uma reforma do SNS para o adaptar à demografia e à evolução tecnológica, e continuando a ser pouco transparentes as regras de articulação com entidades privadas de saúde, assiste-se a uma migração da procura para estas últimas, sobretudo por parte de estratos da população de maiores posses.

Se estas questões não forem resolvidas é de prever, no futuro, um SNS para pobres, um serviço de mínimos, um verdadeiro retrocesso civilizacional.

9. A Educação.

No que concerne à educação, os principais indicadores de resultados continuam a situar-nos em bastante pior posição do que os restantes países europeus, inclusivamente os do sul da Europa. Assim sucede, designadamente, com os baixos níveis de escolarização: veja-se, por exemplo, a elevadíssima percentagem de indivíduos cujo nível de escolaridade não ultrapassa o ensino básico (42,1% contra 18,5% na UE-27) e a situação de indivíduos com idades entre os 15 e os 34 anos de idade que, não estando inseridos no mercado de trabalho e não frequentando quaisquer actividades de ensino ou formação, se posicionam em situação bastante mais desfavorável do que a média da UE-27.

Também neste domínio os efeitos imediatos da crise se reflectem através da falta de meios para se continuar a estudar e a aceder a níveis superiores de escolaridade. No entanto, a globalidade dos efeitos só se fará sentir a prazos mais dilatados, dada a natureza cumulativa dos processos de educação, ou investigação e aprendizagem. É por essa razão que é fundamental que as políticas públicas em educação e investigação intervenham de forma contracíclica. Como o recuo de um ou dois anos em esforço com educação se repercute exponencialmente em atrasos no desenvolvimento económico e social, é fácil prever as graves consequências que as futuras gerações virão a sofrer com a enorme erosão das bases do conhecimento levada a cabo pelas políticas de austeridade.

O retrocesso ocorrido na educação e qualificação de adultos corresponde não somente ao acentuar e perpetuar da desigualdade de oportunidades, mas coloca igualmente em causa o aumento dos níveis de qualificação exigíveis para um desenvolvimento sustentado da economia.

10. A Justiça.

Uma referência deve, igualmente, ser feita ao funcionamento do sistema de justiça que não pode deixar de estar ao serviço de todos os cidadãos e não apenas dos que são mais poderosos que, com frequência, o transformam num sistema de impunidade, de iniquidade e sem transparência. Acresce a morosidade das decisões sobre as acções dos que a ele recorrem.

As insuficiências legislativas, as normas processuais e as perversões do sistema têm que merecer a maior preocupação e ser objecto de superação urgente. A ausência de uma justiça atempada é um factor adicional da multiplicação de esquemas de corrupção.

O funcionamento eficiente do sistema de justiça é uma condição do funcionamento eficiente da economia (vide os casos recentes de prescrição). A sua ausência mina a confiança entre os cidadãos e o Estado e, por essa via, corrói os fundamentos da sociedade e do seu funcionamento democrático.

11. Os reformados e os pensionistas.

A isto deve juntar-se o tratamento escandaloso que tem vindo a ser dado a reformados e pensionistas que outra explicação não tem que não seja a postura inaceitável de que os montantes devidos devem ser confiscados, porque se trata de privilégios anteriormente atribuídos, que conduzem, ou têm conduzido, a situações de insustentabilidade financeira. Não pode abrandar o combate contra os que deste modo destroem a confiança, credibilidade e honorabilidade do Estado.

Todas as situações acima referidas, caso não tenham reacção e resposta, não podem conduzir senão a um estado de anomia e desesperança colectiva. Os sinais ténues de melhorias que têm vindo a ser enunciados não reúnem condições para que lhes possamos atribuir características de sustentabilidade. Importa que sejamos capazes de reagir e que cada um, onde se encontre e nas suas circunstâncias, se constitua parte activa da construção de uma nova Esperança para o país.

12. Para uma estratégia de desenvolvimento.

A construção da Esperança não é possível quando a dívida é erigida em finalidade e não como instrumento do desenvolvimento, sobretudo, quando a política económica é conduzida ao sabor de impulsos comandados pelos interesses exteriores do capital financeiro. Em alternativa, há que definir uma estratégia de desenvolvimento que tenha como motivação principal o serviço da qualidade de vida das pessoas e o bem-estar colectivo e não o serviço daqueles que as consideram como simples recursos.

Componentes essenciais e primeiras dessa estratégia são as da salvaguarda e promoção das coesões social e territorial que devem, aliás, ser consideradas como interdependentes. Os objectivos da coesão não podem, nem devem, ser tomados como umas espécie de cereja em cima do bolo, a colocar, apenas, quando os resultados tiverem sido obtidos. A coesão social e a coesão territorial não são componentes de uma política de distribuição, são sim componentes iniciais de qualquer processo de crescimento e desenvolvimento.

Desde já, não são toleráveis os desequilíbrios que têm vindo a ser promovidos na distribuição dos rendimentos, assim como há que inverter as políticas que têm conduzido ao esvaziamento de populações e recursos de grandes espaços do país, conduzindo à sua desertificação, que se vem, aliás, acentuando. Trata-se de um crime contra todos os que fizeram o país que fomos capazes de ser, até hoje.

Muito se tem invocado a inexistência de recursos financeiros para promover o desenvolvimento do país, colocando a resolução da dívida como condição para a obtenção desses recursos. Recusamos este ordenamento de prioridades. A dívida só será resolvida no e com o desenvolvimento de Portugal. O período de programação europeia agora iniciado deverá constituir uma oportunidade para que os financiamentos obtidos se orientem para a construção

do novo país que queremos ser e não como simples instrumento de cimentação dos vários poderes estabelecidos.

13. A reestruturação da dívida e a abertura de espaços de esperança.

É nossa convicção de que o problema da dívida não pode ser resolvido se, simultaneamente, o país não começar a obter maiores níveis de crescimento e desenvolvimento. Isso é do interesse dos portugueses mas, também, o é dos credores. Não podendo compatibilizar-se os incentivos à dinamização da actividade económica com a manutenção do actual serviço da dívida, outro caminho não resta que não seja o da renegociação da dívida.

Deve aqui recordar-se que muitas das dificuldades que as economias mais débeis do euro têm vindo a enfrentar são uma consequência da arquitectura adoptada para a moeda única, que visou sujeitá-la aos interesses das economias mais fortes, admitindo que as restantes se lhe adaptariam com mais ou menos tempo.

Encaramos com muita simpatia a iniciativa do designado “Manifesto dos 74”, tanto pelo seu conteúdo, como pela abrangência da mobilização que realizou. A sua motivação principal é a da necessidade da reestruturação da dívida.

A utilização do termo “reestruturação” tem sido objecto das mais erróneas interpretações, havendo quem, inclusivamente, identifique reestruturação com não pagamento. Não deixa de ser ignorância não compreender que qualquer alteração nas condições da dívida provoca a modificação da sua estrutura e, em consequência, uma reestruturação.

A negociação da dívida não deve ser tomada como um sinal de fraqueza mas, antes, como uma afirmação de lucidez por parte de quem sabe que o futuro tem que ser construído não à custa, mas pelos portugueses e para os portugueses. A reestruturação é condição da criação de novos caminhos de esperança para todos os que, sobretudo nos últimos três anos, têm sido objecto de expropriação da sua dignidade e para o desenvolvimento do país ao serviço da maioria da sua população.

Se assim for, talvez possamos voltar a dizer de peito aberto:

*“Esta é a madrugada
que eu esperava
O dia inicial inteiro
e limpo
Onde emergimos
da noite do silêncio
E livres habitamos
a substância do tempo”*

(Sophia de Mello Breyner Andresen)